

PARTE 1

LILIA MORITZ SCHWARCZ POPULAÇÃO E SOCIEDADE

NUMA BABEL DE POVOS, CULTURAS E CORES

Quando o século xx começou a despontar, mudanças profundas ocorreram no perfil da população brasileira. Com o final derradeiro da escravidão, em 1888, a desorganização do sistema e a urgente substituição da mão de obra por conta da demanda cafeeira, uma série de esforços foram feitos para animar a vinda de imigrantes, sobretudo europeus, ao Brasil. Contando com a concorrência de países como Argentina, Cuba, México e, sobretudo, Estados Unidos, o governo brasileiro teve de se esmerar e assegurar a “terra da promissão” quando, na verdade, pretendia-se a criação de modelos alternativos ao cativeiro africano que, nesse momento, via (e com atraso) seus dias chegarem ao fim. O modelo preconizado pela República, que se iniciou em novembro de 1889, pautou-se pela exclusão de largos setores sociais, sempre em nome de uma política que priorizasse uma nova modernidade e racionalidade. Nesse sentido, se não há como negar que a Primeira República promoveu processo acelerado de institucionalização, largas faixas da população viram-se, ainda que com acesso à liberdade e à igualdade jurídica, excluídas do jogo social que então se montava.

Num primeiro momento voltado para o campo, um grande contingente de imigrantes estrangeiros acabaria absorvido pela dinâmica das cidades, imantado pela força dos novos centros urbanos que se organizavam, gerando empregos e serviços. Ficou famosa e disseminou-se, tanto no país quanto no exterior, a frase do mestre-escola Thomas Davatz, que, depois de viver pouco tempo no Brasil, teria exclamado: “Dessa vez estou perdido.” O suíço apenas expressava o sentimento daqueles que, em vez da fortuna — do famoso “fazer a América” —, encontraram a penúria ou experimentaram

uma espécie de escravidão por dívida. Com o tempo, a política de imigração acabaria por se normalizar, consolidando uma prática mais regular de subsídios; mas o fato é que revoltas e fugas de colonos caracterizaram o período, assim como a sensação de insegurança, que aos poucos se generalizou. Ao lado da convicção de que a República de 1889 não havia cumprido com os sonhos e utopias de liberdade, igualdade e cidadania, vinha a certeza de que a violência se disseminara e que a culpa era das novas populações imigrantes, da liberdade dada aos africanos e negros ou do descontrole urbano. Segundo interpretações corriqueiras, vivia-se ao “largo da autoridade curativa e normativa dos senhores de engenho ou dos fazendeiros de café” (Freyre, 1957). Prisões por gatunagem, ladroagem, desordem ou anarquismo revelam não só a vigência de termos até então pouco conhecidos como sinalizam a entrada de novas práticas de sociabilidade. Não por acaso, a concepção predominante era que a mistura de novas culturas, valores e costumes trazia o desequilíbrio, o desamparo e o descontrole.

Diante disso, investiu-se em novas práticas policiais, amplamente amparadas nas teorias do darwinismo racial e do higienismo que, não por coincidência, denunciavam as desvantagens da mistura e da miscigenação. Médicos, advogados, antropólogos apostaram nas noções do determinismo racial e viram com profundo descrédito o futuro dessas populações em processo acelerado de amálgama. Segundo tais modelos científicos, divulgados nas escolas de medicina (do Rio de Janeiro e da Bahia), mas também nas faculdades de direito (de São Paulo e Recife), nos museus de etnografia (de Belém, São Paulo, Rio de Janeiro) ou nos institutos históricos que se espalhavam pelo país, “a situação nacional” gerava receio em função das transformações geradas pela entrada de trabalhadores estrangeiros (europeus e orientais) e da convivência, agora em liberdade, dos ex-escravos.

Visto sob esse ângulo, o ambiente estava tomado por visões pessimistas, as quais, paradoxalmente, conviviam com representações das mais otimistas. Havia o entusiasmo pelo futuro e o progresso, que efetivamente já estavam em curso com a transformação das cidades. Além disso, a imagem do imigrante associava-se à ideia do “melhoramento”, seja pelo branqueamento da população, seja a partir da divulgação ampliada de um *éthos* de trabalho. Essa época também ficou conhecida pelo nome de “regeneração”, quando se alterou o perfil das grandes urbes brasileiras, privilegiando uma nova conformação arquitetônica e urbanística à moda francesa do barão de Haussmann, e se tratou de expulsar a pobreza dos centros urbanos. Pares opostos, mas complementares, regeneração combinava com degeneração, no primeiro caso acenando para os novos rumos que a nação deveria tomar.



Domingos Mancuso
Imigrantes italianos. Residência da família Boff, interior de Caxias do Sul

FOTOGRAFIA, RIO GRANDE DO SUL, 1904

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE CAXIAS DO SUL,
ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI



Primo Postali

Imigrantes italianos. Joana Marenzi Postali com os filhos;
da esquerda para a direita, Adelino, Silvino e Lídia

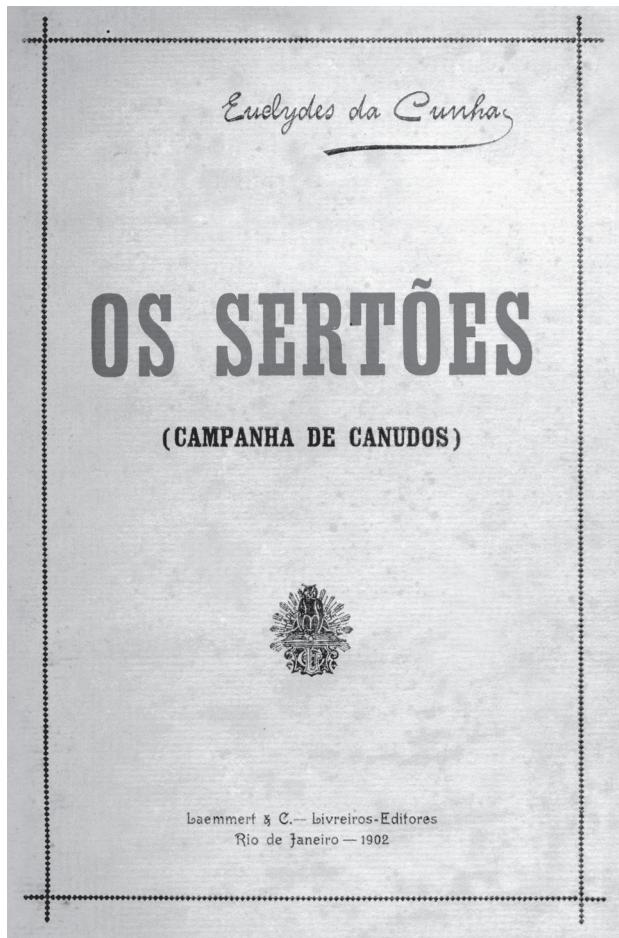
FOTOGRAFIA, CAXIAS DO SUL, RS, 1904

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE CAXIAS DO SUL,
ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI

Em uma economia ainda aferrada aos serviços e negócios de exportação agrária e a uma industrialização incipiente, o resultado foi uma vida urbana marcada pela instabilidade, com crises cíclicas de carestia e aumentos constantes nos preços dos gêneros alimentícios ou nos custos de moradia, transporte e aluguel. E os efeitos, rapidamente sentidos diante do crescente processo inflacionário, foram a multiplicação da pobreza e um grande rebaixamento social e das condições de vida. A entrada irregular de populações vindas do campo — expulsas pela seca, pela crise agrária ou fisgadas pelas novas oportunidades da cidade — e de um contingente elevado de imigrantes europeus e asiáticos ajudou a conferir aos novos aglomerados urbanos uma imagem de desarranjo e desordem ou, nas palavras de Mário de Andrade, tornou “os mocambos tão numerosos como os coqueiros” (Andrade, 1943). O crescimento acelerado gerava moradias irregulares e figuras populares inusitadas transitavam pela cidade: a preta-mina cozinheira, os engraxates mestiços, os carregadores, as doceiras, os capoeiras, os vendedores de leite em domicílio, o baleiro ou o cura a oferecer proteção. Todos conviviam com uma nova burguesia que aos poucos se separava do campo e tinha agora nas cidades seu quartel-general.

Mas, se havia muita dúvida no ar, a atmosfera geral era de euforia, assim como pairava a certeza, por parte das novas elites que ascenderam com a República, de que o Brasil “andava a braços” com os novos ditames do capitalismo, do progresso e da civilização. Não por acaso, o novo regime inscreveu na bandeira da nação os dísticos “ordem e progresso”, refletindo não só sua filiação ao positivismo como a noção de que o progresso era certo, único, derradeiro, evolutivo e ordeiro; grande utopia desse momento, dado a máquinas voadoras (como o 14 Bis de Santos Dumont) e a projetos amplos e abrangentes de higienização. Civilização e controle eram as palavras de ordem do período, que vivenciou a globalização mundial e um dinamismo jamais experimentados.

Por um lado, estavam os novos cenários urbanos, com seus senhores e senhoras vestidos à última moda de Paris, automóveis, edifícios, restaurantes, teatros, lojas variadas e todo tipo de traquitana adequada a esses novos tempos que pareciam ter pressa. Por outro, encontrava-se o sertão longínquo, espécie de “parte esquecida do país”, o qual, ao lado do passado escravocrata, afigurava-se alijado da memória da época. Lá viviam indígenas, libertos, mulatos... “uns deserdados, uns desterrados em sua terra”. A marginalização das populações do interior diante das transformações impostas em nome do progresso não foi ignorada. Não por acaso, em *Os sertões* (1902), possivelmente o livro mais emblemático dessa geração da



*Capa da primeira edição de Os sertões,
de Euclides da Cunha*

Os sertões foi o primeiro best-seller da nossa literatura,
com sua primeira edição esgotando-se rapidamente.

Livro de grande influência em sua geração, mostrou um Brasil
diferente da modernidade reluzente da capital.

DOCUMENTO ORIGINAL

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN

virada do século XIX para o XX, Euclides da Cunha desabafou: “Estamos condenados ao progresso.” O progresso parecia inevitável, mas certamente não se aplicava a todos. Se ele era mesmo obrigatório e dele não se escapava, para países como o Brasil mais parecia uma danação.

O que se encontrará neste texto, portanto, é não só o dinamismo real da urbanização e dessa verdadeira “era dos engenheiros” — ou mesmo as inovações causadas pelas levas de imigrantes recém-chegados —, mas o difícil diálogo entre “diferentes Brasis” que eram, na verdade, um só: o choque entre populações com costumes diversos e, sobremaneira, as novas ilusões do progresso e da modernidade. Modernização e tradição eram conceitos fortes nesse momento que previa mudanças, mas experimentava continuidades de toda ordem.

“O BRASIL CIVILIZASE”: URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO

É possível dizer que a sociedade brasileira dinamizou-se enormemente no período que vai da década de 1880 aos anos 1930, talvez o primeiro contexto quantificado pelos censos nacionais, que começavam a ganhar em regularidade e confiabilidade de dados. Tal configuração social representava o resultado do crescimento geral da população combinado com uma política agressiva de incentivo à imigração estrangeira. Na verdade, num mesmo período, coincidiam elementos díspares, que alteravam a face mais tradicional do país. Se a desmontagem do sistema escravocrata, nos idos de 1880, modificara a situação da mão de obra, já na década de 1910 um acelerado processo de substituição de importações — implementado durante e ao final da Primeira Guerra —, unido à crise da agricultura, levou a que cidades e indústrias se impusessem no cenário nacional, não só como novos fenômenos econômicos e sociais, mas como possibilidades reais e dominantes.

Considerando os dados numéricos elaborados pelo sociólogo Juarez Brandão Lopes, pode-se dizer que a população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano no período, enquanto a população das cidades de 50 mil ou mais habitantes cresceu a 3,7% e as de mais de 100 mil a 3,1%. Além disso, se no primeiro decênio da República a população geral decresceu em 2,2%, já os aglomerados urbanos cresceram 6,8%. Como se vê, a urbanização era uma realidade que vinha para ficar e alterava rapidamente a feição tradicional do país. Não por acaso, o jornal republicano *Província de São Paulo* (futuro *O Estado de S. Paulo*) elegeu a frase “O Brasil civiliza-se” como mote de sua linha editorial e criou uma seção especialmente dedicada ao tema.

42

A frase havia sido escrita pelo colunista social Figueiredo Pimentel, na seção “Binóculo”, publicada na *Gazeta de Notícias*, e valia, em princípio, só para o Rio de Janeiro. Mas a frase pegou e se disseminou pelo território nacional.

Entretanto, o incremento urbano se deu apenas em algumas grandes cidades, diferentemente do fenômeno que ocorreu nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento mostrou-se mais disseminado pelo conjunto do território do país (Cardoso, 1977:20). Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e depois Belo Horizonte concentrariam esforços e recursos nesse sentido, mostrando como o eixo econômico estava agora voltado para a região Sudeste. É exemplar o caso da cidade de São Paulo, convertida numa espécie de metrópole do café e que, na década de 1880, mais particularmente após 1888, ano da Abolição da escravatura, receberia o número extraordinário de 184 mil imigrantes. Ou seja, se o volume de população imigrante não foi tão relevante quando comparado ao crescimento populacional geral, já no caso de São Paulo é dos mais significativos, vinculando a sorte dos novos aglomerados urbanos à feição, agora mais estrangeirada, que o país, ou ao menos determinadas regiões dele, ia ganhando. Não por acaso, a fala dos paulistas seria amplamente alterada e influenciada, assim como seus costumes e cores.

POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (1872-1920)

CENSO	POPULAÇÃO TOTAL (EM MIL HABITANTES)	POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (EM MIL HABITANTES)
1872	10.112	383
1890	14.334	714
1900	17.436	1.296
1920	30.636	1.651

Fonte: Santos, 1973:263.

IMIGRAÇÃO TOTAL E EM SÃO PAULO (1884-1920)

PERÍODO	BRASIL	SÃO PAULO
1884-1887	145.880	53.023
1888-1890	304.054	157.781
1891-1900	1.129.315	733.335
1901-1920	1.469.095	857.149

Fonte: Santos, 1973.

É certo que a população estrangeira foi contratada, originariamente, para engrossar o trabalho na lavoura rural; no entanto, com a crise da agricultura, boa parte desse contingente deslocou-se para as cidades, atraído não só pelas novas oportunidades, como pelas especializações profissionais que traziam de seus países de origem. Isto é, mais do que camponeses, entraram no país, sobretudo nessa primeira leva, profissionais liberais alemães, espanhóis e italianos, mais acostumados aos serviços urbanos que aos rurais. Também chegaram pedreiros, padeiros, sapateiros e pequenos comerciantes, habituados à lida cotidiana nas cidades e vilarejos de sua terra natal.

Da mesma forma, não se desconhecem os intensos movimentos de migração interna, resultantes da desmontagem do sistema escravocrata em várias partes do país. No período que vai de 1872 a 1900, a região Nordeste foi a que apresentou maior perda populacional, consequência do comércio interno de escravos que despovoou a economia do açúcar e do algodão e reforçou a feição dos estados cafeeiros. Castigados pelas secas de 1870 e 1880, tais grupos migrantes provenientes do Nordeste brasileiro dirigiram-se para várias localidades: para a Amazônia, por conta da febre da borracha que assolou o país no final desse século; para o Rio de Janeiro, que como capital do Brasil funcionava como chamariz cultural, além de apresentar-se como provedor de empregos em geral e mais especificamente para o funcionalismo público e estatal; e, anos mais tarde, para os estados do Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que expandiam seus serviços internos e encontravam-se em acelerado processo de urbanização.

Porém, não se deve exagerar a importância do desenvolvimento urbano do período. Das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser eminentemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8%) à indústria; e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços de uma maneira geral. Mesmo assim, os dois fenômenos que mais caracterizaram o contexto foram a entrada da imigração estrangeira em larga escala — subvencionada ou não — e a aceleração do crescimento e da modernização das cidades, que se transformaram nos novos cartões-postais do país. E a urbanização traria consigo suas próprias novidades e necessidades. Formas alternativas de habitação, lazer e trabalho, mas também problemas de transporte, moradia e educação fariam parte dessa nova agenda veloz. A imagem geral era que tudo mudava, e aceleradamente. Em primeiro lugar, as cidades passariam por amplos processos de “embelezamento”, visando a alcançar as novas funções para as quais se preparavam. Era preciso

44

cuidar dos edifícios públicos, afastar a pobreza para os subúrbios da cidade, atentar para o transporte coletivo, construir instituições representativas e lidar com as novas sociabilidades urbanas. Foi nesse momento, também, que cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo a recém-criada Belo Horizonte, a nova capital dos mineiros — todas concentradas na região Sudeste —, aparelharam-se para exercer suas recentes disposições administrativas e sociais.

Não se pode olvidar, ainda, que em finais do XIX, após um período de depressão, equilibraram-se as economias dos países centrais, e que Estados Unidos e Europa Central experimentaram certo desafogo e expansão nos negócios. O resultado foi o surgimento de um clima de otimismo e confiança absoluta, que partindo da economia ganhou a cultura, os costumes e a moral, alcançando assim os países considerados “mais periféricos”. Na verdade, é difícil determinar o que é causa e o que é efeito nesse processo (e pouco importa), até porque nesse período — mais particularmente de 1890 até a Primeira Grande Guerra — a certeza da prosperidade deu lugar a uma sociedade de sonhos ilimitados, mais conhecida como *belle époque*. Esse é o momento dos grandes inventos (do automóvel, do elevador, da anestesia, da Coca-Cola, e também da fotografia, do raio X, da pasta de dente); de imensas conquistas imperiais por parte dos britânicos, belgas e franceses; de saltos nas ciências, na filosofia e nas artes. De Freud a Oscar Wilde; de Gaudi a Verdi; de Munch, com seu grito, a Cézanne, com a paisagem como impressão, o mundo parecia mesmo novo, assim como seus limites e possibilidades. No Brasil, por sua vez, a atmosfera que no Rio de Janeiro ficou conhecida como “regeneração” parecia corresponder ao surto que ocorria em outras partes do mundo, trazendo a sensação de que o Brasil, finalmente, estava em harmonia com o progresso e a civilização.

O suposto era que a jovem República representava a modernidade que se instalava no país, tirando-o da “letargia da monarquia” ou da “barbárie da escravidão”. Uma verdadeira batalha simbólica foi travada, quando nomes, símbolos, hinos, bandeira, heróis nacionais foram substituídos, com o intuito de impor novas versões mais coadunadas com os tempos modernos. Símbolo maior dessa era, Santos Dumont elevou aos ares as expectativas brasileiras de alcançar as alturas das nações modernas. Ícone dos novos tempos foi também a “nova avenida Central” — atual avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro —, exemplo maior do projeto urbanístico que transformou a capital federal em verdadeiro cartão-postal, com fachadas *art nouveau* feitas de mármore e cristal, modernos lampiões à luz elétrica, lojas de produtos importados e transeuntes à francesa. Marco paralelo e

complementar a toda essa cantilena das novidades foi a expulsão da população pobre que habitava os casarões da região central e a destruição dos famosos “cabeças de porco”. Era a ditadura do “bota-abixo” que demolia casas, sobretudo as antigas e pobres, disseminando cortiços e hotéis baratos — os “zunga” —, onde famílias inteiras deitavam-se no chão ou mudavam para as chamadas “periferias” das novas urbes. Isso sem esquecer a repressão às festas populares, que se submetiam, igualmente, a esse “processo civilizatório”: saía o entrudo mestiço, entrava o limpo Carnaval de Veneza.

Foi o presidente Rodrigues Alves (1900–1902) quem montou uma equipe à qual concedeu poderes ilimitados. Com o intuito de fazer da capital, o Rio de Janeiro, uma vitrine para a captação dos interesses estrangeiros, concebeu-se um plano em três direções: a modernização do porto ficaria a cargo do engenheiro Lauro Müller; o saneamento da cidade — acometida, segundo as autoridades, por doenças e epidemias infecciosas — seria responsabilidade do médico sanitário Oswaldo Cruz; e a reforma urbana estaria a cargo do engenheiro Pereira Passos, que havia conhecido de perto a reforma de Paris. O escritor Lima Barreto, testemunha crítica desse momento, espantava-se com a velocidade da reforma: “De uma hora para a outra a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muita cenografia” (Barreto, 2010).

Também nesse período, mais precisamente a partir da década de 1870, São Paulo tornou-se palco privilegiado de transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas. Prensada em meio à prosperidade crescente da lavoura cafeeira, de um lado, e as tensões derivadas da crise final da escravidão no país, de outro, a antiga cidade de barro dos viajantes — o velho burgo de estudantes da faculdade de direito do largo São Francisco — se transformava, de forma acelerada, na “metrópole do café”, na expressão de Silva Bruno. Todo esse conjunto de fatores implicou, por sua vez, alterações profundas nas funções e nos espaços vivenciados na cidade, em favor de um maior controle e racionalização, de modo a assegurar para São Paulo o papel de entreposto comercial e financeiro privilegiado. Essa é a época da criação do Instituto Butantã (que produziu soros à base da retirada do veneno de cobras), da iluminação elétrica e do incremento dos transportes públicos que tomaram novo impulso com a inauguração, em 1872, da estrada de ferro Jundiaí–Campinas pela Companhia Paulista. Em dezembro de 1872, o político João Theodoro Xavier de Mattos assumiu o governo da província de São Paulo e passou a alterar a infraestrutura local: abriu novas ruas, prolongou velhas estradas, ampliou largos, reformou a Várzea do Carmo, criou jardins públicos. Em suma, após três anos de gestão, a nova



Guilherme Gaensly

*A avenida Paulista no início da década de 1900
— o novo palco da poderosa elite do café*

GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, 1905-1906

ACERVO ICONOGRÁFICO/CASA DA IMAGEM DE SÃO PAULO

administração preparou a cidade para a entrada dos capitalistas do interior ou, nas palavras de João Theodoro: “A capital, engrandecida e circundada de atrativos e gozos, chamará a si os proprietários e capitalistas da província, que nela formarão seus domicílios ou temporárias e periódicas residências” (*Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial*, 14 fev. 1875). De fato, o desenvolvimento paulistano ficou condicionado a três fatores principais. Em primeiro lugar, à expansão cafeeira, que em sua marcha saía do vale do Paraíba e chegava ao Oeste Paulista, em finais dos anos 1850. Em segundo, à entrada da estrada de ferro que viabilizaria o transporte interno, então feito em lombo de burros, até o porto de Santos. Por fim, não há como deixar de mencionar o papel da imigração, que mudaria, como veremos, as feições, os dialetos, a culinária e os serviços públicos paulistanos.

Todas essas alterações — sociais, culturais, tecnológicas e econômicas — levaram, por sua vez, a mudanças aceleradas no comportamento da população local, que passou a transitar pelas ruas da cidade, deixando o ambiente exclusivo da casa patriarcal. Também em São Paulo (e em ritmo paralelo ao que ocorria no Rio de Janeiro) a “boa sociedade” descobriu novos hábitos sociais: os bailes, o turfe, o *trottoir* e as noitadas no teatro. No entanto, e mesmo com tantas novidades, até o final do século XIX destacava-se, sobremaneira, “uma sociedade rural que desempenhava, por circunstâncias peculiares, a função de centro comercial, bancário, intelectual e burocrático de uma província estritamente agrícola” (Fernandes, 1972:68). Na verdade, velhos padrões de sociabilidade, próprios do mundo rural escravocrata e patriarcal brasileiro, continuavam presentes nessa São Paulo em expansão. Ao lado das novas tecnologias, das atividades econômicas e ocupações sociais mais recentes — e propriamente urbanas — permaneciam os rastros de um passado revigorado, em que as hierarquias sociais eram dadas por padrões rígidos de nascimento e inserção.

É por isso mesmo que a urbanização paulistana implicou “embelezamento” da cidade, mas, de maneira simétrica, empreendeu nova expulsão da pobreza e das atividades ligadas ao mundo do trabalho, consideradas incompatíveis com a modernidade. Essa é a época da aprovação de uma série de regulamentações oficiais (as chamadas “posturas”), que previam multas e impostos para atividades que, até então, caracterizavam o dia a dia da cidade: venda de galinhas, vassouras, frutas e legumes etc. Além disso, a especulação imobiliária e a intervenção urbanística levaram a ganhos e perdas. Por um lado, a infraestrutura da cidade foi alterada, com a abertura de novos bairros e ruas elegantes, que revolucionaram o até então pacato cotidiano paulistano. Essa é, também, a época da avenida Paulista, com seus casarões imponentes e sua população que se portava à francesa. Por outro lado, foram demolidos muitos casebres e favelas, tudo em nome do prolongamento das ruas e da ampliação de largos e praças. O mesmo processo que levou ao inchaço da pobreza acabou, finalmente, por expulsá-la dos bairros centrais da cidade, onde agora ficavam as casas de ópera e as lojas comerciais.

Outras cidades brasileiras passaram por processos assemelhados. Um caso paradoxal é o de Belo Horizonte, criada e arquitetada como capital do estado de Minas Gerais. A especificidade de sua formação nos permite visualizar, ainda melhor, as demandas do contexto. Promulgada pelo Congresso Mineiro, reunido em Barbacena a 17 de dezembro de 1893, uma nova lei estabelecia a mudança da capital, com o prazo improrrogável de

quatro anos para o término de sua construção. Excluídos os habitantes de Ouro Preto e outros partidários da permanência da capital nessa cidade histórica, a opinião geral era favorável à nova urbe/monumento, o que gerou a corrida de uma série de aventureiros e investidores que, em busca de fortuna, passaram a apostar na demolição do arraial e na construção de uma cidade moderna. Em 14 de fevereiro de 1894, o governo do estado de Minas Gerais promulgava regulamento, por meio do qual era criada a Comissão Construtora e estabelecidos os seus serviços. Por outro decreto, da mesma data, nomeava para chefe dessa comissão o engenheiro doutor Aarão Reis. Era a primeira vez, no Brasil, que se planejava a construção de uma cidade em moldes modernos e civilizados.

A primeira providência foi ligar a nova capital ao plano geral de viação do estado, o que implicou a construção de uma estrada de ferro, imprescindível para o transporte de materiais. Além disso, e mais uma vez, um processo de desapropriação de bens da população residente na região se iniciou, a fim de abrir espaço para a nova metrópole que surgia apressada. Os planos originais previam o incremento do transporte, mas apostavam também nas edificações que garantiriam, mesmo simbolicamente, que Belo Horizonte fosse, definitivamente, a vistosa e moderna capital de Minas Gerais. E logo foram desenhadas a matriz, a capela e — como não poderia deixar de ser — o palácio presidencial, grandioso e decorado com motivos *art nouveau*, chamado, emblematicamente, na capital e na terra de Tiradentes, de palácio da Liberdade.

Mas nem tudo era cenário na projetada Belo Horizonte. Ao correr a notícia das obras custosas que se encetavam, com prognósticos de ganhos fáceis e abundantes, crescia, na mesma proporção, a chegada de operários e imigrantes, em boa parte italianos que improvisavam barracões e “cafusas” como moradias. Dizia-se maravilhas da cidade em construção, definida como novo Eldorado, a recordar os tempos gloriosos das Minas Gerais. Logo foi contratado um subdelegado de polícia, o capitão Lopes, oficial da Brigada Policial, que deveria montar a segurança local. Jornais também não existiam até então e, como não se faz uma metrópole sem que se fale dela, foram fundados os primeiros periódicos, junto com a própria cidade. Esse é o caso de *Bello Horizonte*, publicação encabeçada pelo padre Francisco Martins Dias em agosto de 1895. Em pouco tempo apareceriam outros, como *A Capital* (1896) e *A Aurora* (1897).

Os trabalhos seguiram em frente, assim como as novas instalações: o Correio foi fundado, o telégrafo inaugurado, casas comerciais abertas e residências de melhor padrão edificadas. E logo chegaram ao local água,



Fotógrafo não identificado
Vista parcial da rua da Bahia, em Belo Horizonte

Inaugurada bem na virada do século, Belo Horizonte, a capital dos mineiros, seguia os mesmos padrões das demais urbes brasileiras que se preparavam para a modernidade

FOTOGRAFIA, 15 X 21 CM, 12 OUT. 1927

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

iluminação e força elétrica (1895), símbolo maior da entrada na modernidade. No trabalho de embelezamento não faltaram os parques — com seus restaurantes, cassinos e observatórios — e a própria arborização da nova urbe; tudo muito caprichado para receber tanta civilização. Com as novidades prontas para a inauguração, só faltava limpar a cidade. Legalizou-se, então, a repressão que, mais uma vez, empreendeu a demolição de “casas velhas” e a organização de um código de posturas, que passou a determinar o comportamento adequado para a população de uma nova e moderna capital.

Enfim, tomadas todas as medidas consideradas necessárias, aproximava-se o dia 17 de dezembro de 1897, termo final do prazo estabelecido para efetuar a transferência do governo do estado para Belo Horizonte. Após o 14

de maio de 1888 (quando se aboliu a escravidão no Brasil) e o 15 de novembro de 1889 (que pôs fim à monarquia), Minas Gerais aguardava a transferência da nova capital como um marco dos novos tempos. Para celebrar a data, ao anoitecer, como que por um desses encantos modernos, a cidade ficou toda iluminada com as centenas de lâmpadas elétricas que a pontilhavam. Os edifícios (ainda inacabados), as praças e avenidas, tudo ganhava forma e cor em função da iluminação que, simbolicamente, marcava o nascimento da cidade. Era 12 de dezembro de 1897, a capital embrionária amanheceu toda embandeirada e em clima de festa. Não faltaram discursos e foguetes; afinal, essa era a primeira cidade republicana brasileira planejada que ganhava vida e mostrava que o futuro estava por aí, bem na frente.

Três casos, três destinos distintos: a capital carioca que se rearranjou em função da República; a cidade paulistana que se aparelhou para encenar o novo potencial econômico advindo da cafeicultura; e um centro afastado do litoral, Belo Horizonte, especialmente projetado para cumprir o papel de capital. Em todos se reconhece a mudança, mas também a permanência de certos elementos estruturais. De um lado, uma sociedade recém-egressa da escravidão, adepta de um modelo basicamente agrário-exportador. De outro, um novo projeto político republicano, que tenta se impor a partir da difusão de uma imagem de modernidade e de civilidade, criada em contraposição ao Império. O que se nota, porém, é, em vez da dicotomia fácil que encontrava duas faces cartesianamente opostas — Monarquia ou República, barbárie ou progresso, atraso ou civilização —, a convivência inesperada de temporalidades distintas e a expressão de um movimento ambíguo que comportava inclusão e exclusão, avanço tecnológico com repressão política e social.

Uma população cada vez mais complexa e diferenciada era o termômetro evidente da insatisfação geral que pairou no país, logo na virada do século. Se uma clara ampliação das oportunidades de trabalho era facilmente verificada, já os setores que mais cresciam eram os dos ambulantes, dos pequenos negociantes, dos vendedores de produtos alimentícios, dos carpinteiros, dos sapateiros, dos carroceiros. Ao lado do trabalho patronal e do emprego estável, resistiam as atividades autônomas e precárias que, embora carregassem certa tradição, foram condenadas pelas posturas municipais. Segmentos étnicos e sociais muito distintos passaram a dividir bairros e a coabitar em moradias coletivas, misturando crenças religiosas e também tradições culturais. Ao lado das óperas, teatros, lojas e restaurantes elegantes — que corresponderiam ao *ticket* de entrada para a modernidade — proliferavam antigas práticas religiosas — rezadores, feiticeiros, benzedoras e curandeiros de toda sorte. Conviviam assim mundos diferentes, mas

inesperadamente aproximados. Além do mais, cortiços, pensões, casarões ocupados por várias famílias e de alta densidade populacional marcaram a paisagem urbana. Casinhas enfileiradas, concentração em espaços exíguos, avenidas com novo tráfego, tudo gerava muita solidariedade e troca, mas também tensões, conflitos e mal-entendidos.

Na verdade, não tardariam a surgir movimentos que revelariam outras faces, mais reclusas, de tanta modernidade. Colocadas à margem, as populações expulsas dos centros urbanos elegantes ou deixadas ao largo da “civilização” — nos sombrios sertões ou nas longínquas florestas — começavam a ganhar as manchetes dos jornais. Sua reação só poderia ser considerada, por princípio, “bárbara” e estranha. No entanto, os primeiros sinais de revolta partiram de dentro das cidades.

Consequência direta dessa nova cenografia foi a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1904, que expunha a política autoritária e higienista empreendida com êxito nesse momento em que o combate às doenças se misturava com o controle das populações, agora divididas entre nacionais, africanos e imigrantes estrangeiros. O importante é que a revolução popular contra medidas que visavam a erradicar a febre amarela era antes sinaleiro da temperatura nervosa e de como a mistura entre diferentes levas populacionais — com histórias, costumes e aprendizados distintos — produzia resultados explosivos. E se a questão era objetiva e racional (ou assim parecia), era hora de priorizar o campo da saúde. Afinal, desde o último quartel do século XIX, o tema da saúde vinha frequentando a agenda intelectual e política brasileira por meio de sua faceta mais preocupante: a doença. Viajantes, jornalistas, literatos, médicos e cientistas sociais registraram e refletiram sobre moléstias tropicais, enfermidades dos escravos africanos e de imigrantes, doenças da cidade e do meio rural, e, cada vez mais, acerca das patologias da modernidade, presentes nas novas cidades. Dizia o médico Miguel Pereira, em outubro de 1916, numa frase logo transformada em metáfora do país — uma espécie de epitófio nacional: “O Brasil ainda é um imenso hospital” (apud Hochman, 2011). Grandes cidades atraíam multidões e elas traziam moléstias pouco conhecidas.

A lista de doenças que entravam nas estatísticas médicas era, portanto, das mais variadas e encontravam-se divididas por local, origem e nacionalidade. Algumas epidemias eram consideradas “de fora” — como é o caso da cólera, uma das grandes responsáveis pelos óbitos à época. Outras, entendidas como “de dentro”, como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. E não era para menos: as casas de boa parte da população rural — choças feitas de barro — eram moradas habituais do inseto conhecido



J. Carlos (José Carlos de Brito e Cunha (1884-1950))
Caricatura de Oswaldo Cruz na capa da Tagarela

O sanitário logo se converteria num dos grandes heróis da República com sua política de combate às epidemias da época. No entanto, seria também alvo dileto dos caricaturistas que ironizavam a política intervencionista do médico

REVISTA TAGARELA N. 62, 30 ABR. 1903

BIBLIOTECA/FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, RIO DE JANEIRO

como barbeiro, o transmissor da recém-descoberta doença de Chagas, além de permitirem a vigência do impaludismo e de inúmeras infecções intestinais. Com os imigrantes, que chegavam amontoados na terceira classe dos navios vindos da Europa, aportava o tracoma, uma infecção ocular perigosa e transmissível. O importante a assinalar é que, de maneira geral, as epidemias maculavam a frágil reputação do país, que jogava todos os seus trunfos na esperança de fazer parte do “clube dos civilizados”. E é por isso que as reformas urbanas respondiam, e muitas vezes de maneira bem-sucedida, às várias epidemias que grassaram até a primeira década do século xx. Figura das mais emblemáticas foi Oswaldo Cruz, responsável pela erradicação da febre amarela em território nacional. Os relatos e as experiências das viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil fizeram com que a saúde do litoral fosse ao encontro dos sertões brasileiros, considerados uma incógnita nacional, uma “barbárie local” (Hochman, 2011). Entre os anos de 1907 e 1913, regiões do interior paulista, de Minas Gerais, da Bahia e os vales do São Francisco e do Tocantins, até a Amazônia, fizeram parte da rota dessas expedições, que carregavam objetivos higienistas. Ao lado de Santos Dumont, Oswaldo Cruz seria convertido em outro herói nacional, pelas lutas que empreendeu contra um dos maiores “males” do Brasil — a doença —, e por seu papel na erradicação do analfabetismo dos habitantes do interior. Os três grandes conceitos do momento — ciência, progresso e civilização — eram transformados, assim, em emblemas de Estado, para o bem e para o mal. Figuras de proa, como Oswaldo Cruz, padeciam do mesmo mal: para alguns um grande herói, para outros, supremo vilão.

Porém, o que mais interessa reter é como, por meio desse movimento nacionalizante, as “patologias da pátria” (as pestilências ou epidemias) seriam consideradas emergenciais. Aí estavam as doenças dos sertões ou a conhecida “maldita trindade”: a malária, a doença de Chagas e a ancilostomíase, mal contraído por meio de germes provenientes de águas paradas. Isso sem falar da lepra, da sífilis e da tuberculose, as enfermidades que mais matavam no país. As “patologias do Brasil” pareciam atingir a todos, mas os grandes alvos — além dos sertanejos, caipiras e populações do interior, vítimas das endemias rurais — eram os ex-escravos, os habitantes pobres das cidades, os moradores dos cortiços e favelas, os imigrantes, as mulheres e as crianças, os trabalhadores informais e os camponeses. Eugenia, higienismo e certa exclusão social pareciam alicerçados, no intuito de combater a subcidadania do homem brasileiro, provocada, segundo tais teorias, pela falta de saúde reinante, sobretudo entre as populações rurais e pobres.

MOVIMENTOS SOCIAIS: SERTANEJOS, INDÍGENAS E OPERÁRIOS ENTRE A INCLUSÃO E A EXCLUSÃO

Se até aqui nos concentramos no lado urbano, é hora de olharmos para o outro lado dessa moeda, que ora incluía e ora excluía as populações mais destituídas e mesmo os novos imigrantes que continuavam a chegar. Foram os movimentos sociais, os levantes messiânicos e milenaristas — como Contestado, Juazeiro e Canudos —, que estouraram em distintas regiões do país, que parecem expressar esse lado mais sombreado da lua. Resultados de um processo de modernização a qualquer custo e da desatenção diante de populações deixadas à míngua diante de tantas novidades, podem ser traduzidos no desabafo do jornalista Euclides da Cunha, bem no final de *Os sertões*, livro publicado em 1902 e que se transformou rapidamente num clássico nacional definidor dos grandes abismos populacionais existentes no Brasil. Conclui ele:

Fechemos esse livro. Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram apenas quatro: um velho, dois homens-feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerremo-la vacilante e sem brilhos. Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem (Cunha, 1973:392).

Foi no final de 1896 que se iniciou o conflito armado de maior visibilidade do início da República, prontamente transformado em bode expiatório nacional. A rebelião opôs, de um lado, a população de Canudos, arraial que cresceu no interior da Bahia, e, de outro, o recém-criado governo da República. Enviado como repórter pelo jornal *O Estado de S.Paulo* à região em litígio, o engenheiro militar Euclides da Cunha lá permaneceu durante as três semanas finais do conflito, tendo presenciado o dramático desfecho da guerra, quando os sertanejos foram literalmente massacrados. Se o jornalista partiu certo dos progressos ilimitados da civilização, voltou assolado por dúvidas, incertezas e muitos silêncios. Tanto que, cinco anos mais tarde, publicou *Os sertões*, livro que obteve repercussões tão amplas quanto o evento histórico lá narrado. Ali se descrevia, nas palavras do autor, um massacre,



Flávio de Barros
Guerra de Canudos

Canudos significou a entrada de um Brasil “diferente” no seio da capital carioca que se entendia moderna e cosmopolita. O massacre dos sertanejos foi recebido com muita ambivalência: quem era selvagem nesse contexto era difícil de determinar

ALBÚMEN, 1897

COLEÇÃO CANUDOS, ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA REPÚBLICA, RIO DE JANEIRO

uma grande incompreensão. Afinal, mais do que milhares de quilômetros, o que afastava a capital dos sertões era um abismo cultural/temporal.

Embora Euclides discutisse longamente fatores como meio, raça e sua importância para a compreensão das motivações e costumes dos moradores de Canudos, o principal argumento apresentado no livro concentrava-se no isolamento dos sertanejos, o que traria consequências tanto negativas quanto positivas. De um lado, naquele laboratório social estava reunido, e em pequenas drágeas, o atraso dos grupos do sertão, e o que à época

se chamava fanatismo religioso. De outro, a distância geográfica e cultural e o relativo isolamento teriam protegido tais segmentos sociais dos modismos e “degenerações” das cidades litorâneas. Mas, se a crítica da época impressionou-se com o referencial teórico do livro — dividido em partes bastante distintas, como “a terra, o homem e a luta” —, o que mais chamou atenção do público foi seu caráter de denúncia. Para Euclides da Cunha, existiria um abismo entre as diferentes regiões do país e tornava-se premente que as elites intelectuais e políticas voltassem as costas à Europa e olhassem, finalmente, para seu interior. E mais: o conflito de Canudos não era contingencial, ele correspondia a uma longa história, que teria primado por deixar à margem importantes grupos sociais.

As previsões de Euclides foram certeiras e novas rebeliões populares não tardaram a aparecer. Outro movimento de largas proporções ocorreu em momento paralelo e envolveu o padre Cícero Romão Batista entre 1872 e 1924. O centro irradiador foi a cidade de Juazeiro, onde o religioso começou a reunir fiéis desconsolados com o resultado da seca que atingira o Nordeste brasileiro. A fama de milagreiro de Cícero logo se chocou com as autoridades da Igreja católica oficial, uma vez que por lá se difundiram crenças do tipo milenarista e messiânico — uma espécie de mitologia de Juazeiro, em que Cícero era investido na condição de profeta. Seu longo poder local, seus laços com o cangaço e outros arranjos políticos fizeram dele uma personalidade paralela e concorrente com os novos representantes da República, ao mesmo tempo que demonstravam a força do catolicismo popular e de seus santos milagreiros.

Um terceiro movimento social rural ficou conhecido como Revolta do Contestado e ocorreu entre 1912 e 1916. O Contestado era uma região limítrofe entre o Paraná e Santa Catarina e sua posse foi questionada por ambos os estados. Por lá, em vez de um, havia três monges para animar o movimento, destacando-se a ausência de um líder a ele diretamente identificado. Mas esse foi o único levante a apresentar características claramente milenaristas. Adversários da República, os revoltosos diziam-se monarquistas e pregavam um reino escatológico e longínquo da modernidade.

Não é o caso de desenvolver ainda mais os destinos de cada um desses movimentos. O importante é destacar a forte influência do catolicismo “rústico” no interior do Brasil, que vivenciava um modelo religioso um tanto alargado e reinterpretado pela experiência de vida do sertanejo. A peculiaridade de suas organizações mostrava a vigência e o recrudescimento de outras estruturas de poder, baseadas nas polaridades padres/fiéis, coronéis/dependentes, padrinhos/afilhados, beatos/seguidores, santos/

devotos (Monteiro, 1978). Tudo muito distante dos modelos de cidadania, da igualdade jurídica ou das relações pautadas em pactos racionais entre cidadãos livres e autônomos. Aí estava outra feição desses sertões bravios, personagem inesperado, mas essencial, da jovem República brasileira, que se aparelhava com o objetivo de neutralizar as diferenças em nome do progresso único e inexorável.

Os movimentos sociais contestatórios não se limitaram, porém, ao campo. Nas cidades, operários começaram a reagir às péssimas condições de trabalho — que não previam idade mínima ou tempo máximo de jornada diária. Lutavam também por melhores salários e pela criação de órgãos de representação, como sindicatos e partidos de classe. No período aqui compreendido, teve especial importância a presença da mão de obra imigrante europeia, vinda ao Brasil por causa das plantações de café, mas que a essas alturas invadia o espaço das cidades. Os italianos representavam o número mais significativo de imigrantes, seguidos pelos espanhóis e portugueses. Em 1900, por exemplo, 92% dos operários industriais de São Paulo eram estrangeiros e, desse total, 81% eram italianos (Pinheiro, 1978:139). Eles trabalhavam nas indústrias têxteis, mas eram também ferreiros, pedreiros, atuavam na área de transporte e nas pequenas manufaturas dedicadas ao fabrico de calçados, em marcenaria, com alimentos e demais atividades artesanais. A situação se repetia no Rio de Janeiro e em cidades como Belo Horizonte e Recife, que também começavam a organizar seu parque industrial.

Não por acaso, os grandes movimentos grevistas, como os de 1917 e 1919, estiveram ligados a essas populações, que reclamavam, entre outras coisas, da venda de gêneros alimentícios básicos para os países aliados e o consequente aumento dos preços no mercado nacional. Por sinal, nesses anos em que tudo parecia bastante provisório, as condições de trabalho seriam as mais abusivas. Crianças trabalhavam a partir dos 5 anos nas fábricas de São Paulo, e menores chegavam a constituir metade do número total de operários empregados. O Censo de 1919 também assinalou a existência de largo contingente feminino, maior em São Paulo do que nos estados do Sul e no Rio de Janeiro. A presença elevada de crianças e mulheres nas fábricas, principalmente de tecidos, colaborava para a diminuição do nível médio dos salários, e tudo pioraria, ainda mais, com a carestia experimentada nos anos de guerra.

Aos baixos níveis de remuneração deve ser acrescida a ausência de uma legislação a regulamentar o mercado de trabalho. Dentro de cada indústria reinava, absoluto, o regulamento interno e, muitas vezes, arbitrário do patrão. A disciplina era rigorosa, os castigos corporais frequentes e horário fixo,

apenas o de entrada. É comum encontrar relatos que mencionam trabalhos prolongados, chegando a 11 horas consecutivas, abusando do horário noturno.

Pelas mãos dos imigrantes, mas não somente, surgiram novos movimentos grevistas de reivindicação salarial, parte deles de ideologia anarquista. No Brasil existiram núcleos anarquistas desde os anos 1890, compostos em sua maioria de imigrantes e seus descendentes. Espanhóis e portugueses aderiram ao movimento que, diferentemente da Europa (onde o anarquismo se isolou dos demais movimentos de trabalhadores), constituiu a corrente mais importante de reivindicação operária e por mais de trinta anos. Sob a designação de anarquismo conviveram várias correntes, sendo o anarcossindicalismo a mais importante delas. Em comum, reinava a concepção de que os imigrantes não deveriam batalhar pela obtenção da cidadania brasileira, uma vez que, ao contrário, seria melhor defender a manutenção dos direitos como estrangeiros, esses sim considerados inalienáveis.

Se até o século XX no Brasil se desconheciam as greves modernas, a partir de 1902 ocorreu a primeira manifestação desse tipo. Ela teria acontecido no Rio de Janeiro, envolvendo uma fábrica de sapatos. Mas foi só em 1903, também no Rio de Janeiro, que estourou a primeira greve geral multiprofissional, que se estendeu aos pintores, gráficos, chapeleiros e outros e foi gravemente reprimida pela polícia. Em 1904, eclodiu nova greve, coordenada pelos trabalhadores da Cia. Docas de Santos, com grande adesão de operários da cidade. Ela foi apoiada pelos gráficos de São Paulo, assim como pelos marítimos do Rio de Janeiro. Essa foi a primeira vez que uma greve teve como palco um porto atribulado como o de Santos, envolvendo centenas de industriários.

Uma das greves ferroviárias de maior vulto ocorreu logo em 1906, em São Paulo. O motivo imediato foram os abusos e arbitrariedades que haviam sofrido os operários locais, assim como a redução de salários. No ano seguinte, anunciou-se a primeira greve geral, em São Paulo, pela defesa das oito horas de trabalho. O movimento se espalhou, alcançando outras cidades do estado como Santos, Ribeirão Preto e Campinas. A agitação tomou as indústrias de alimentação e metalurgia, chegando a atingir 2 mil operários. Na sequência, aderiram sapateiros, gráficos e alguns setores da limpeza. Apesar do contínuo aumento da importância do movimento, num país de tradição clientelística e pouco afeito à esfera pública de representação, as adesões à sindicalização eram ainda pequenas e a repressão passou a assustar e enfraquecer a mobilização operária. Vários estrangeiros foram expulsos, sob a alegação de serem “anarquistas e baderneiros”, e muitos trabalhadores nacionais, além de espancados, acabaram presos e sem emprego.

No entanto, com o crescimento da carestia entre os anos 1910 e 1913, cresceriam também as associações operárias e os protestos sociais. Mesmo assim, se pensarmos no conjunto do país, as greves até 1916 seriam raras. Foi em 1917 que as associações operárias conheceram, de fato, uma grande ampliação em seus quadros. A crise, o desemprego, a redução da demanda por mão de obra e o prolongamento da jornada explicam em parte a força do movimento. Nesse ano, a greve atingiu de 50 a 70 mil operários no Rio de Janeiro e em São Paulo foi considerada total. Se os resultados não foram imediatos e pragmáticos, a sublevação bem como sua repercussão ajudaram, com certeza, a organizar os trabalhadores e iniciaram a formação dos futuros sindicatos.

O clima andava quente e, entre 1919 e 1920, só na capital de São Paulo ocorrem 64 greves, e mais 14 no interior. O 1º de maio de 1919 congregou de 50 a 60 mil participantes na Praça XI, no Rio de Janeiro, entre trabalhadores industriais, líderes anarquistas e simpatizantes do comunismo. Em São Paulo, calcula-se a presença de número semelhante, estando incluídos têxteis, sapateiros, gráficos, padeiros, metalúrgicos e operários. Os números eram muito expressivos, sobretudo se levarmos em conta o histórico do país.

No entanto, com a chegada dos anos 1920, esse tipo de movimento e de reivindicação vai esvaziando-se, assim como os anarquistas seriam aos poucos suplantados numericamente pelos comunistas e, nos anos 1930 — já na era Vargas —, pelos sindicatos oficiais. Por outro lado, com o fracasso das duas greves que abriram os anos 1920 — a dos têxteis em São Paulo e a dos ferroviários no Rio, ambas ocorridas em março daquele ano — a mobilização decresceu. Não há espaço para lidarmos, com maior riqueza de detalhes, com os movimentos que estouraram também na área rural. O importante é que passaram a ocorrer insurgências no campo e nas cidades, revelando as fragilidades do novo projeto republicano. O progresso e a civilização pareciam ser para poucos, e as faláciais do processo iam ficando cada vez mais claras. Longe de pensar em “dois Brasis” — um do campo e outro da cidade, dos nativos e dos imigrantes, ou da burguesia e do novo proletário industrial —, tais movimentos revelavam diferentes realidades, expectativas e formações sociais (Lima, 2011).

Um bom exemplo pode ser encontrado na relação entre Canudos e a designação “favela”, empregada para nomear as ocupações que se desenvolviam de forma crescente nos arredores das cidades. Cronistas dizem que foi no morro da Providência que se localizaram as primeiras favelas do Rio de Janeiro, e que as primeiras habitações seriam o resultado imediato da dispersão de ex-combatentes de Canudos, os quais, com suas mulheres — as



Fotógrafo não identificado

Greve de 1917 — manifestação no largo do Palácio

A República conheceu um novo espetáculo: aquele das multidões
que agora se manifestavam nos espaços públicos

FOTOGRAFIA, SÃO PAULO, 1917

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

chamadas viandeiras, que abasteciam de gêneros todo o regimento —, pousaram perto do Ministério da Guerra, na esperança de conseguirem resolver suas demandas. Eram centenas de mulheres, homens e crianças empurrados para a capital federal e durante algum tempo imobilizados diante da falta de resolução. E, assim, o que era um abrigo transformou-se em moradia definitiva, bem como a ocupação dos morros. A palavra favela tem origem em planta do mesmo nome que, por sua abundância, designava um dos morros de Canudos e, paradoxalmente, passou a nomear o próprio morro do Rio de Janeiro. A generalização do termo para os aglomerados urbanos de características semelhantes, no início do século xx, lembra esse encontro ainda hoje tenso e polêmico entre Canudos e a civilização urbana, mas também entre campo, sertão e cidade, ou, ainda, entre imigrantes e nacionais.

DEPOIS DE 1888: POPULAÇÕES NEGRAS APÓS A ABOLIÇÃO

61

Voltemos um pouco mais nossa atenção para o Sudeste do país, região que desde o início do século xix, com a transferência da corte de d. João, ditava os destinos da nação. Por lá não haveria, supostamente, barbárie. Longe dos sertões bravios reinava soberana a “cidade moderna”, local do exercício da igualdade e da cidadania. Mas a cidadania seria, como vimos, para poucos e logo estariam isoladas largas faixas da população, herdeiras da escravidão. A Lei Áurea de 1888 não só deixou de prever resarcimentos aos proprietários (como esses tanto esperavam), como não priorizou uma política social de amparo a esses grupos sociais que, sem o aprendizado necessário ou a experiência nas cidades, não dispunham das ferramentas primeiras para competir em igualdade de condições com os trabalhadores nacionais livres, ou mesmo com as populações imigrantes que traziam consigo suas especializações e hábitos urbanos.

Ademais, com a voga das teorias raciais, influentes até os anos 1930, caía sobre esses grupos um fardo pesado, condicionado pelos modelos deterministas de interpretação social, que não só estabeleciam hierarquias entre as raças como condenavam a mestiçagem existente no país. Segundo tais modelos, a explicação para a falta de sucesso profissional ou social de negros e ex-escravos estaria na ciência, ou melhor, na raça, e não nas condições de vida ou no passado imediato. Na verdade, a entrada conjunta e maciça dessas teorias fez com que o debate pós-Abolição se afastasse da questão da cidadania e da igualdade em nome das razões e argumentos da biologia. A ciência naturalizava a história e transformava hierarquias sociais em dados imutáveis.

E o movimento era duplo: de um lado, destacava-se a inferioridade presente no componente negro e mestiço de nossa população; de outro, tentava-se escamotear o passado escravocrata e sua influência na conjuntura do país. Bom exemplo é o hino da proclamação da República. Criado em 1890, portanto, um ano e meio após a abolição oficial da escravidão, conclamava: “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país.” Ora, a libertação mal ocorreu e já se silenciava (oficialmente) sobre ela ou a transformavam em “passado remoto”. No entanto, longe do passado, impunha-se uma espécie de subcidadania, que visava a realidade dos sertões, mas também dos “cortiços”, tão bem descritos por Aluísio de Azevedo, que em 1890 publicou romance homônimo, em que caracterizava tais aglomerados urbanos como verdadeiros barris de pólvora, não só por reunirem populações tão distintas — portugueses,

62

espanhóis, ex-escravos, negros e mulatos livres —, mas por carregarem as mazelas dessa urbanização feita às pressas e à custa da expulsão de largos contingentes populacionais.

E a parte mais prejudicada nessa partitura foram os negros, sobretudo ex-escravos, que conviviam com o preconceito da escravidão (mesmo que extinta) e o preconceito diante de sua raça. Não por acaso, Lima Barreto, escritor que representa uma voz aguda nesse contexto, afirmou em seus diários que no Brasil “a capacidade mental dos negros é discutida *a priori*, e a dos brancos, *a posteriori*”, e finalizou, desabafando: “É duro não ser branco no Brasil” (Barreto, 2010:83). O fato é que, após a Abolição, as populações de origem africana, espalhadas por todo o território nacional — e marcadas por um preconceito silencioso que se expressava a partir de uma leitura detida, hierarquizada e criteriosa das cores —, vivenciaram situações das mais variadas. Por mais que a Lei Áurea tivesse dado fim ao cativeiro, não se pode dizer que tenha terminado com o medo da reescravização, por exemplo, que fez com que muitos negros aderissem à monarquia, posicionando-se contra a República. Por outro lado, imagens como a do ócio e da preguiça associaram-se rapidamente aos ex-escravos e libertos, definindo-os como desorganizados social e moralmente. Tudo isso parecia responder ao modelo empregado, que privilegiou uma sociabilidade à europeia, distanciada de nossa história colonial e mesmo imperial. Distanciada, ainda mais, dos diferentes modelos, memórias e aprendizados sociais trazidos da África por essa população. Por fim, não há como esquecer que a Abolição igualou populações que experimentavam situações diferentes de inclusão social. Ou seja, se algumas famílias de negros, durante o Império, conheceram certa ascensão cultural e econômica, com a Lei Áurea viram-se todos na mesma vala comum que os assemelhava como libertos, ex-escravos, africanos.

Vale a pena, assim, olhar mais de perto a situação desses segmentos sociais e étnicos, que se apegaram logo de início à posse de certos objetos, cuja proibição de uso simbolizava a própria ausência de liberdade. Segundo o viajante L. Gaffre, logo após a Abolição, negros e negras, contando com suas pequenas economias, dirigiram-se às lojas de calçados, acessórios que lhes eram até então interditados. Convertidos em símbolo maior da liberdade civil recém-conquistada — e que ainda não parecia segura diante dos avanços e recuos da República —, sapatos eram orgulhosamente exibidos por seus proprietários. Mas se foi grande a procura pela aquisição desses novos ícones de liberdade, o resultado imediato mostrou-se decepcionante. Desacostumados ao uso de calçados, geralmente apertados

e pouco adaptados aos pés grossos calejados do trabalho e do contato com o chão, os novos fregueses rapidamente retiravam seus sapatos para dar a eles um uso, no mínimo, original: carregavam seus pares de sapatos como troféus, não nos pés, mas apoiados nos ombros, tal qual bolsas a tiracolo. Liberdade significava, porém, o arbítrio de se poder comprar o que se quisesse.

Nas áreas rurais, os ex-escravos misturaram-se à população pobre, constituindo a imagem de país mestiçado, tão comentada quanto criticada pelas teorias raciais do início do século XX, mas transformada em símbolo do Estado Novo, já nos anos 1930. Muito se escreveu sobre o nomadismo dessas populações, que evitavam se fixar em algum lugar restrito. Dizem os relatos que após a Abolição era possível observar ex-escravos isolados ou comunidades inteiras vagando pelos campos, ou estabelecendo-se por curto tempo, para voltar a perambular. A explicação para tanta mobilidade pode ser encontrada na experiência prolongada da escravidão, que jamais conheceu o sentido de propriedade. Por outro lado, uma vasta população de caipiras, sertanejos, caboclos, paulistas ou mineiros habituara-se a formar roças volantes e deslocar-se sazonalmente, atuando como vaqueiros, tangedores, domadores de cavalos, trabalhadores por jornada nas planícies do Sul ou na frágil pecuária nordestina. Daí vem um hábito que foi se fixando na memória do grupo, que tem a ver com a parcimônia dos bens e a recusa às criações animais (Wiessenbach, 2001).

Trabalhadores negros de alguma maneira se misturaram à população camponesa e aderiram ao modo de vida caipira e caboclo do interior de São Paulo. E, ainda mais, imiscuíram-se na produção agrícola das fazendas de Minas Gerais, assim como atuaram na economia açucareira do Nordeste e na cultura do algodão de uma maneira geral. Evitavam a fixidez e também viviam em torno dos “mínimos vitais”, expressão cunhada por Antonio Cândido (2010) para definir uma cultura voltada para a produção de pequenos excedentes, tanto comerciais quanto alimentares; uma sociabilidade que se utilizava das relações de vizinhança e dos grupos que se reuniam em arraiais, vilas e bairros rurais. Nem tão isolados eram nossos sertões, uma vez que essas pequenas roças, ou até mesmo locais como Canudos, supriam as cidades próximas de bens alimentícios.

Assim, uma série de representações acerca do elemento nacional convivia muitas vezes de forma tensa. Se algumas teorias destacavam a apatia e a degeneração dos mestiços, relatos de viajantes e cronistas enalteciam o que designavam como modo de vida puro e caipira — imagem que, por sua

vez, se contrapunha à dos sanitaristas que, como vimos antes, reconheciam neles um Brasil doente e decaído.

É dessa época a contraposição entre a ideia do mestiço corrompido — exemplo dos modelos de darwinismo racial — e a representação do Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato, originalmente um caipira do vale do Paraíba que se tornaria uma das mais conhecidas caricaturas dos pobres rurais na literatura brasileira. Para Lobato, diante dos problemas que vivenciara como agregado, das grandes transformações na vida política nacional — como a Abolição ou a proclamação da República —, das secas intermitentes e da carestia constante, o caboclo “continuava de cócoras” e parecia alheio a qualquer mudança. Nessa mesma época, Rui Barbosa proferiu palestra intitulada “A questão social no Brasil” e partiu justamente da caricatura do Jeca para perguntar-se sobre uma concepção mais ampla da sociedade brasileira. Questionava ele, quem afinal seria o povo brasileiro: aquele caboclo sempre agachado e cujo voto podia ser comprado por um trago no bar ou um rolo de fumo, ou o senhor da elite, que lia em francês, fumava cigarros e ia aos teatros e óperas italianas? (Lima, 2011)

Perguntas desse tipo ocuparam os debates políticos que antecederam a Revolução de 1930 e permaneceram em pauta nos anos iniciais do governo Vargas, ao lado dos projetos de industrialização e de modernização do país. Porém, não havia dois países, mas um só: o dos edifícios altos e largas avenidas, e o das casas de pau a pique, na versão mineira, das cafuas na Chapada Diamantina, do mocambo nordestino ou das palhoças dos ribeirinhos. Era nesses locais que se praticava uma sociabilidade cabocla, contemporânea à nova e reluzente convivência nas cidades. Caracterizada pela hospitalidade por trás da rusticidade, pela cortesia e pelos ritos de respeito, mas também pela violência e pelas leis muitas vezes privadas, aí se construía todo um novo modo de vida. Na falta de médicos e boticas, escassos em grande parte do país, principalmente nas localidades mais ermas, a saída foi o uso alargado de receitas caseiras, ervas e poções populares, algumas delas depurativas, outras sudoríficas e outras ainda basicamente mágicas (Wiessenbach, 2001:70). Afinal, como bem mostra o etnólogo Claude Lévi-Strauss, a eficácia está mais ligada à crença e à vontade do milagre do que à sua realização (Lévi-Strauss, 1968). E assim se disseminaram os saberes curativos da terra: contra “dor de veador”, “dor de passarinho”, “morrinha do corpo”, “fraqueza de sangue” nada como chá de carqueja, carobinha e marcelinha.

Também a dieta dos habitantes dos sertões estava muito distante dos cardápios elegantes e afrancesados da “corte” carioca. Por lá, ao lado de

uma agricultura itinerante, produzia-se uma alimentação caipira, à base de muita mandioca, milho e feijão. Em dias especiais, galinha ou carne-seca, tudo misturado com farinha de mandioca, pirão, angu e paçoca. Durante uma época em que o modelo de nacionalidade não se baseava em produtos da terra, mas investia pesado na entrada de bens estrangeiros, esse tipo de cozinha permanecia tão isolado quanto sua população, símbolo de uma alimentação chamada de “pobre” e considerada muitas vezes “bárbara” ou “pouco civilizada”.

Outro aspecto particular a essa sociabilidade caipira e “do interior” era o respeito e observância à religiosidade popular, que misturava em doses generosas um catolicismo rústico com práticas retiradas de diversas tradições nacionais e também estrangeiras. O Brasil, já nesse contexto, apresentava-se como “campeão da cristandade”. Mas, como mostrou bem Gilberto Freyre, por aqui se introduziu um catolicismo adocicado, moldado por costumes misturados, ainda mais nos cantos ermos do país. A proximidade com o sagrado fazia parte do cotidiano caboclo, que misturava feitiços, quebrantos, preces e toda sorte de orações dedicadas a santos igualmente variados. Missas, procissões, rezas coletivas faziam parte do dia a dia e mostravam modos diferentes de lidar com o tempo e a temporalidade. Não apenas a roça era itinerante, as festas interrompiam o trabalho, ao mesmo tempo que o constituíam. Em vez do ritmo apressado das cidades — agora tomadas por bondes, relógios de bolso e de parede, carros, jornais, telégrafos —, no campo, o calendário era marcado por outras referências, mais vinculadas à experiência pessoal.

Aí estava, pois, não outro Brasil, mas sua mesma face, quem sabe refletida no lado oposto do espelho. Uma forte barreira foi, assim, interposta por cronistas, sanitários e viajantes, os quais sistematicamente procuraram obscurecer ou até negar não só sociabilidades dessas populações mestiças (consideradas evolutivamente atrasadas e condenadas ao desaparecimento), como seus costumes, religiosidades e saberes. Nas vizinhanças do projeto modernista republicano sobrevivia e se recriava outro tipo de experiência comunitária. Se a urbanização crescente implicava a exclusão de largos setores da sociedade — que pareciam inadequados diante do novo projeto —, foi a partir de contestações de cunho popular que se manifestou esse outro lado da nação, igualmente verdadeiro.

Como dizia Euclides, no final de seu livro, quando lamentou a derrocada de Canudos: “Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem” (Cunha, 1973:392). Era dessa vertigem que se tratava...

No período que vai de 1830 a 1930, europeus, africanos e asiáticos entraram no Brasil e passaram a conviver e a se sujeitar a costumes, hábitos e regras muitas vezes distintos de seus países de origem. No entanto, foi a partir do final do século XIX que os movimentos migratórios recrudesceram. Até mesmo no continente europeu registrou-se intenso deslocamento entre o campo e a cidade. Antigos espaços vazios tornaram-se áreas de grande concentração humana, aglomerados urbanos onde a industrialização cumpria papel destacado. As imigrações transoceânicas com destino à América ganharam novo incentivo com a expansão das redes ferroviárias, dos sistemas de navegação a vapor, do telégrafo, do telefone e do rádio.

Práticas de moradia, de alimentação, tradições religiosas, costumes sanitários e educacionais seriam revolucionados, assim como os costumes, que opunham senhores a escravos, se veriam convulsionados. Iludidos por uma propaganda que garantia novas “terras prometidas”, uma verdadeira febre imigratória arrebatou poloneses, alemães, espanhóis, italianos, portugueses e, mais tarde (a partir dos últimos anos da década de 1910 e nos anos 20), japoneses (cujo próprio governo incentivaria a imigração). O mito da abundância dos trópicos, de um mundo gentil e afável, combinava com uma Europa que expelia sua população pobre, seus pequenos proprietários crescentemente endividados, diante de sistemas capitalistas eficientes e que geravam preços cada vez mais competitivos. Tal processo fez com que essas populações se tornassem mão de obra excedente para a industrialização, uma vez que seus países de origem, como Itália e Espanha, não tinham como absorvê-las. Por outro lado, o considerável aumento populacional, coadunado com a melhoria dos transportes, resultou em hordas de camponeses desempregados (Alvim, 2001:220). Mais de 50 milhões de europeus abandonaram seu continente de origem em busca da tão desejada “liberdade”. Liberdade era palavra forte e de grande repercussão; no entanto, por aqui, na terra do trabalho forçado, ganharia ainda outras conotações. Escravos haviam recém-conquistado a liberdade, mas ainda lutavam para efetivá-la, nesse país onde marcas de cor se transformavam em traços da natureza. Ao mesmo tempo, a entrada dos imigrantes era vista como a solução para os impasses locais, apesar de se assemelhar a uma escravidão por dívida, em função dos altos custos da viagem, do transporte, da terra e das sementes, que eram repassados para o novo recém-chegado trabalhador.

A maior parte dos imigrantes transatlânticos dirigiu-se para a América do Norte, mas 22% do total — algo em torno de 11 milhões — foram para a

América Latina. Desses, 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses e 3% franceses e alemães. Vale a pena destacar que, desse contingente, 46% seguiram para a Argentina, 33% para o Brasil, 14% para Cuba e o restante dividiu-se entre Uruguai, México e Chile (Alvim, 2001:221).

IMIGRANTES EUROPEUS E ASIÁTICOS QUE ENTRARAM NO BRASIL
NO PERÍODO DE 1819 A 1940

NACIONALIDADE	1819-1883	1884-1940	TOTAIS
Alemães	62.327	170.645	232.972
Austríacos	8.404	85.790	—
Franceses	8.008	32.373	—
Espanhóis	15.337	581.718	597.055
Ingleses	6.678	23.745	40.381
Italianos	96.018	1.412.263	1.508.281
Iugoslavos	—	22.838	22.838
Japoneses	—	185.799	185.799
Poloneses	—	47.765	47.765
Portugueses	223.626	1.204.394	1.428.020
Russos	8.835	108.121	116.956
Sírios	—	20.507	20.507
Suíços	7.289	10.270	17.559
Turcos	—	78.455	—
Subtotal	436.522	3.984.683	4.418.133
Outras nacionalidades	110.128	174.034	284.162
Total geral	546.650	4.158.717	4.705.367

Fonte: IBGE, 1986; Witter et al. (apud Sevcenko, 1998).

O clima de insegurança gerado por diferentes rearranjos políticos levou à expulsão desses que passaram a ser considerados excedente populacional: muitos eram camponeses, mas havia também populações acostumadas ao ritmo veloz das cidades. Imigrantes procedentes da Itália, da Alemanha, da Polônia, da Espanha, de Portugal, do Japão desembarcavam a todo momento em países do Novo Mundo. Aqui chegando, era preciso não só encarar uma reversão de expectativas como uma convivência inesperada com vizinhos de costumes e histórias diferentes, e ainda lidar com o novo dia a dia dos

trópicos, onde tudo parecia (e era) diferente: o clima, os alimentos, as práticas habitacionais, os códigos sociais, as religiões, o cotidiano.

Era importante, porém, e como dizia a expressão, “fazer a América”, e, desde o princípio, o objetivo dos imigrantes era uma mudança transitória. Por parte do governo brasileiro, desde os tempos de d. João, empreenderam-se diferentes políticas de incentivo à imigração. Naquela época, várias famílias de portugueses fugidos de Napoleão, mas também de ingleses, instalaram-se no país e, mais particularmente, no Rio de Janeiro. Muitas delas voltaram quando a família real retornou à metrópole, em 1821, mas algumas acabaram por se instalar e deixaram raízes. Foi, entretanto, a partir da segunda metade do XIX e após a abolição do tráfico escravo, em 1850, que uma política mais efetiva passou a ser implementada, visando a minorar os efeitos da medida na diminuição da mão de obra necessária para o plantio do café.

Desde o início, o processo de imigração existente no Brasil apresentou duas características distintas. Em primeiro lugar, e por conta da existência de grandes áreas não ocupadas no Sul, onde as condições climáticas eram semelhantes às temperadas, instalou-se um modelo de imigração europeia baseado em pequenas propriedades policultorais. Tanto nos núcleos oficiais quanto nos particulares a terra era, na maioria das vezes, vendida a prazo, em lotes de vinte a 25 hectares, geralmente distribuídos ao longo dos cursos de água. Já no caso dos cafezais e, em especial, em São Paulo, que praticamente não contava mais com mão de obra escrava, o modelo vencedor foi aquele da imigração estrangeira dirigida ao campo, subvencionada pelo estado paulista ou pelos próprios proprietários, para o trabalho direto nas fazendas. Não obstante, se existiram teoricamente dois modelos, a maior parte dos imigrantes seguiu, efetivamente, para as fazendas de café. Foram poucos os núcleos de imigrantes estabelecidos nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, já que o grande mote era mesmo a cafeicultura, a qual, nesse contexto, mantinha a economia brasileira.

Foi fundamental a ação do governo estadual no formato e volume que ganhou a imigração estrangeira, muito especialmente aquela que se dirigiu para São Paulo. Enquanto num primeiro momento as iniciativas particulares prevaleceram, a partir da década de 1890 o subsídio da União, respondendo à pressão dos fazendeiros, cumpriu o papel de estabilizar o fluxo às necessidades crescentes da economia. Até 1900, a Federação subsidiou de 63% a 80% dos custos da entrada de imigrantes, e só a partir da virada do século, quando se destacaram as presenças de espanhóis e



Fotógrafo não identificado

Piquenique na Serra do Mar

A imigração e os novos costumes considerados cosmopolitas mudariam o cenário de várias capitais do país. Nesse caso, vemos uma refeição ao ar livre que poderia ter ocorrido em qualquer país da Europa. Na foto, um norueguês, um sueco e um alemão, com suas respectivas famílias

FOTOGRAFIA, CA. 1905

ACERVO MUSEU ALFREDO ANDERSEN, CURITIBA

portugueses em São Paulo, é que uma imigração dependente de recursos públicos se firmou. Nesse caso, o movimento populacional não derivava mais da expansão cafeeira, mas expressava a intensificação das atividades urbano-industriais naquela região.

Se os fazendeiros pareciam não se incomodar com a mobilidade dos trabalhadores nacionais, no que se refere aos imigrantes as regras eram bem mais estritas. Era necessário “amortizar o investimento” e, para tanto, fazia-se todo tipo de pressão. Além do mais, os novos camponeses, rapidamente transformados em semiescravos por dívida, logo viam ruir seus sonhos de prosperidade. Afinal, enquanto o fluxo imigratório foi diretamente financiado pelos empreendedores, esses se achavam no direito de



Fotógrafo não identificado
Construções rurais de colonos poloneses

A entrada alargada de imigrantes, de diversas procedências,
tingiria a cor do país e alteraria hábitos arraigados

FOTOGRAFIA, 1912

FUNDO RUY WACHOWICZ, ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, CURITIBA

cobrar por tudo. Para os imigrantes que se dirigiram ao Sul — poloneses e alemães, na maior parte das vezes —, a situação, apesar de distinta, não era mais alentadora. Instalados em regiões isoladas entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, tentavam recriar seus costumes tendo ao redor de si uma vizinhança difícil.

Comuns a todos eram as dificuldades que começavam já na viagem. Vítimas de exploradores, pagavam sobretaxas ou preços excessivos por um translado dos mais rudimentares. Amontoados em navios de pouca categoria, conheciam as diferenças culturais e de origem logo na travessia oceânica. Não só eram originários de diferentes regiões de um mesmo país, como a convivência inesperada com colegas de países rivais (como Alemanha e Polônia) incorria em brigas inevitáveis. As línguas eram

diferentes, assim como os dialetos, e, uma vez chegados, todos estranhavam a dieta à base de farinha, arroz e feijão, ou a morada em casas enfileiradas, construídas de barro e com tetos de palha.

Para aqueles que se dirigiam a São Paulo, antigas senzalas foram adaptadas com o objetivo de acomodar os novos trabalhadores. Nesse caso, em vez de rupturas havia antes continuidades com os modelos dessas elites brasileiras, acostumadas ao trabalho compulsório, ao mandonismo e ao compadrio. Além disso, habituadas ao regime de servidão, tais elites acreditavam que essas populações deveriam se mostrar agradecidas e leais, estabelecendo vínculos pessoais com seus novos patrões. Por isso, as fugas e revoltas eram recebidas, em princípio, com grandes doses de incompreensão. Modelo dos mais ambivalentes, o sistema de imigração subsidiada criava, à sua maneira, subcidadãos, inicialmente pouco vinculados ao Estado e imediatamente dependentes dos fazendeiros que garantiram a sua chegada e sustentação nos trópicos.

Não se quer com isso dizer que se tratava de uma população só vitimizada e passiva diante de sua nova condição. Ao contrário, diante dessas novas redes e fluxos que a economia capitalista e globalizada trazia — marcada por novas fronteiras e populações nômades —, também no Brasil se produziu uma sociedade heterogênea, mas igualmente delineada pela reordenação cultural e manifestações de toda ordem: messiânicas, milenaristas ou evidentemente políticas e sociais. Tanto que o tema da segurança — sanitária ou mesmo policial — passou a fazer parte das novas agendas governamentais. A saída mais recorrente foi a reação, ora passiva, ora violenta, estando os registros policiais repletos de referências a crimes de “vagabundagem”, “gatunagem”, mas também assassinatos ou outros atos violentos.

Abismos sociais podem ser observados não só nos hábitos sanitários e alimentares dos caipiras e sertanejos, mas também na diversidade de imigrantes. Longe de constituírem grupo homogêneo, os imigrantes pertenciam a segmentos e origens distintos. Alguns, vindos de regiões mais ao norte da Itália, estavam habituados à vida nas cidades. Outros, como a grande maioria originária de Veneto, ao contrário, readequavam costumes eminentemente rurais. Esses italianos substituíram a polenta pelo arroz, conheceram novos legumes e frutas, e tiveram de esperar para poder pendurar as linguiças e toucinhos secos nos tetos das casas. Católicos fervorosos e tradicionais, poloneses e italianos estranhavam o catolicismo rústico existente no país e reafirmavam sua fé decorando as casas com santos de devoção e demais símbolos pátrios. Hábitos de higiene também dividiam as populações. Os italianos normalmente tomavam banho uma

vez na semana — em geral, aos sábados ou domingos —, contentando-se em banhar as mãos e as partes mais suadas do corpo: o famoso “banho de gato”. Reagiam, pois, à fartura de água dos brasileiros, que diariamente tomavam banho de tina ou pulavam nos rios, ou ao “furô” dos japoneses, sempre dispostos a uma imersão coletiva. O maior estranhamento, de parte a parte, se manifestaria em relação aos japoneses. Segundo relatos de nacionais, os japoneses só ficavam satisfeitos quando viam o arroz crescer em suas plantações, já que quando recebiam carne-seca ou bacalhau não sabiam que deveriam deixá-los de molho para que a carne amolecesse e o bacalhau perdesse um pouco do sal. Feijão não entrava na dieta, assim como a farinha. Diferentemente dos europeus, pouco investiam na melhoria de suas casas. Não as decoravam ou davam um toque mais pessoal, até porque todo dinheiro economizado deveria ser destinado aos parentes, ou virava pecúlio para um futuro e desejado retorno (Alvim, 2001).

O fato é que a Babel de línguas e dialetos que então se projetou levava a todo tipo de problemas. Vizinhos se estranhavam, diferentes interpretações da língua geravam incompREENsões e conflitos estouravam diariamente. Alemães do Norte brigavam com os do Sul; japoneses tinham atritos constantes com italianos; poloneses com alemães, e todos com os locais. Se, por um lado, “os brasileiros”, sobretudo negros e caboclos, eram considerados “pau para toda obra” — ensinavam técnicas locais de agricultura, de construção, de transporte, de cozimento dos alimentos —, por outro, todos os imigrantes os viam como inferiores. Entretanto, era necessário dominar padrões nativos, até para melhor manipulá-los ou conseguir adaptar com sucesso velhos costumes.

Se alguns imigrantes retornaram a suas terras de origem (e entre italianos e portugueses se estima um total de 37% a 40%), os que permaneceram tenderam a reler hábitos locais, adaptando costumes trazidos junto com a bagagem. Olhando o outro lado da moeda, alguns repatriados portugueses, por exemplo, passaram a usar ternos brancos e chapéus de palha, vestimenta nada condizente com o clima temperado europeu (Alvim, 2001:285); e ex-escravos reconduzidos à África, mais especialmente à Nigéria, eram com frequência por lá chamados de “brasileiros”. Convertiam-se, portanto, em estrangeiros por aqui e por lá, e reafirmavam uma identidade feita de pedaços e de maneira contingencial (Cunha, 1978).

Mas a maioria, apesar dos percalços, acabou se adaptando às terras brasileiras. A cada povo o seu credo, e também nesse campo a fé tendeu a se afirmar e misturar. Curandeiros, benzedeiras e ervanários percorriam fazendas de norte a sul, levando conhecimentos mistos e cada vez mais partilhados. Na falta de médicos e remédios, esses profissionais ocuparam espaços legítimos



Fotógrafo não identificado
Apreensão do jornal anarquista Spartacus

FOTOGRAFIA, RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1919

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

e as orações tomaram o lugar da ciência. Dizem que três “remédios” davam conta de uma coleção de males: óleo de fígado de bacalhau purificava, sal amargo liberava o estômago e as constipações, e óleo de rícino atuava como purgante. Do Rio Grande do Sul às fazendas paulistas apelava-se para esses remédios milagrosos e, quando nada dava certo, a saída era abusar das orações e dos próprios curandeiros. Por sinal, na Bahia, havia muitos xamãs e ifás (adivinhos) que traziam conhecimentos da África e misturavam ervas e muita fé. O mesmo ocorria ao Norte, onde imperavam um conhecimento ameríndio e o uso alargado das plantas locais. Enfim, nesse mundo de universos cruzados, a religião parecia atravessar barreiras e produzir diálogos possíveis. Se a língua e os costumes higiênicos afastavam, a fé aproximava. Como diria o cantor Gilberto Gil, quase um século depois: “Andá com fé eu vou, que a fé não costuma faiá!”



Imigrantes portugueses — foto de passaporte

DOCUMENTO ORIGINAL, 1922

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

Por volta de 1930, essa tendência à imigração transoceânica diminuiria de maneira sensível. Em 1927, por exemplo, o destino de imigrantes que procuravam terras europeias superava em muito o daqueles que preferiam experimentar a sorte em outros continentes. Por outro lado, vários países instituíram políticas restritivas, a começar pelos Estados Unidos, logo seguidos por nações como o Brasil. De 1917 a 1924 os Estados Unidos limitaram a entrada de estrangeiros e, em dezembro de 1930, o presidente Getúlio Vargas, alegando a necessária disciplina diante da “afluência desordenada de imigrantes responsável pelo desemprego das populações locais”, adotou o mesmo tipo de política (Petrone, 1978:97).

Mas a paisagem humana local já estava, a essas alturas, definitivamente alterada. Até hoje, em São Paulo, se come uma boa pizza aos domingos à noite, uma macarronada no almoço de sábado, com direito a quibe e tabule ao anoitecer. Quem preferir uma refeição mais leve poderá apelar para um sushi, ou pode se sair bem com um arroz *chop-suey* à moda chinesa. Café da manhã se completa com uma passada no português da padaria e com azeite espanhol. Isso sem esquecer as padroeiras de várias procedências e o sotaque para sempre misturado. Talvez tenha sido Juó Bananère (na verdade, Alexandre Marcondes de Machado, um paulista que nada tinha de ascendência italiana) quem melhor expressou essa mistura acelerada. Escreveu sua obra utilizando o patois falado pela colônia italiana de São Paulo e editou *La divina increna*, em 1915, intitulando-se “Candidato à Agademia Baolista di Letteras” (Candidato à Academia Paulista de Letras). Ficou famoso por sua paródia ao poema “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, que no século XIX transformara-se numa espécie de hino romântico e nacional.

*Migna terra tê parmeras,
Che ganta inzima o sabiá.
As aves chestó aqui,
Tambê tuttos sabi gorgeá.
A abobora celestia tambê,
Che tê lá na mia terra,
Têm oltos millió distrella
Che non tê na Ingraterra.
Os rios lá sô mais egrandi
Dus rios di tuttas naçó;
I os matto si perde di vista,
Nu meio da imensidó.

Na migna terra tê parmeras
Dove ganta a galigna dangola;
Na migna terra tê o Vap'elli,
Chi só anda di gartolla.*

INDÍGENAS E AMERÍNDIOS: OS “BÁRBAROS” (AINDA) ENTRE NÓS

Entre os muitos excluídos que a República criou, um grupo esteve sistematicamente distante das políticas e propósitos dos governantes republicanos: os ameríndios e indígenas de uma maneira geral. Se mesmo no Império o



Fotógrafo não identificado
Marechal Rondon com índios da região Centro-Oeste

O “progresso”, transformado em bandeira do novo regime republicano, não dava conta de esconder as diferentes realidades populacionais do país

FOTOGRAFIA, S.D.

ACERVO ICONOGRAPHIA, SÃO PAULO

interesse por eles foi muitas vezes mais retórico do que pragmático, se os nativos figuraram antes no romanceiro romântico e na pintura histórica do que em políticas de ampla aplicação, com a República o apagamento seria ainda mais evidente. Caso exemplar, nesse sentido, foi o massacre do grupo caingangue, para que a estrada de ferro Noroeste do Brasil pudesse passar. À época, Hermann von Ihering, conhecido diretor do Museu Paulista (ou Museu do Ypiranga), foi aos jornais defender o extermínio desses grupos. Os “trilhos da civilização”, dizia ele, precisavam passar e os indígenas, que nunca foram entendidos como proprietários ou bons vizinhos, foram encarados como impedimento e obstáculo. A resistência indígena teve início em 1840 e só em 1912 foi derrubada a “muralha caingangue”, como era então conhecida a sublevação nativa.

No Oeste paulista tal processo se iniciou de maneira mais efetiva em 1880, com a demarcação de terras das tribos guaranis, xavantes e cai-gangues. Entretanto, se as duas primeiras nações foram de certa maneira “integradas”, apesar de culturalmente dizimadas, a última lutou até o final, resistindo à invasão de suas terras. O auge dos confrontos se deu no início do século xx, mais especificamente em 1905, com a efetiva construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil. A paz só foi alcançada em 1911, depois de o grupo ter sido praticamente exterminado e graças à intervenção do Serviço de Proteção ao Indígena (SPI). Por sinal, de 1913 a 1914, esteve na condução dessa instituição Cândido Mariano Rondon, outro grande nome do período. Militar e sertanista, ele desenvolveu linhas telegráficas na região Centro-Oeste, integrando desde a região central até a Amazônia, além de estabelecer contato frequente com vários grupos indígenas.

Se o século xix e o início do xx foram marcados pela heterogeneidade demográfica e socioeconómica, também com relação à política de terras a prática mostrou-se das mais diversificadas: áreas de colonização antiga contrastavam com novas frentes de expansão. Esse não é só o caso do Sudeste, como da Amazônia, redescoberta, entre outros motivos, por conta da expansão da borracha. Numa época em que os transportes possibilitaram uma oferta acelerada do produto, o látex proveniente da seringueira passou por um surto tão curto quanto efetivo, que ocorreu entre o final do século xix até a primeira década do xx. A Amazônia foi invadida, então, por seringueiros, que fugidos da carestia do Nordeste procuravam novas oportunidades, enfurnando-se nos rios e chegando até regiões isoladas para o retiro da borracha. São muitos os relatos de brigas e conflitos com os locais, mas também ocorreram inúmeros casamentos com membros da população indígena.

De toda maneira, se esses dois exemplos não esgotam a gama de casos envolvendo relações com ameríndios, servem para demonstrar como a questão indígena deixou de estar essencialmente vinculada ao tema da mão de obra para se configurar como um problema da terra. Nas regiões de povoamento antigo, por exemplo, tratava-se de se apoderar das terras dos aldeamentos. Já nas frentes de expansão ou rotas fluviais, se houve uso de mão de obra indígena, o objetivo era novamente a conquista territorial, bem como “a segurança dos colonos”. O fato é que se até então indígenas eram necessários para suprir a carência de mão de obra, nesse momento a solução dessa escassez implicará medidas que, se não eram inéditas, jamais haviam sido implementadas com a conivência do Estado. A partir do XIX, passou-se a debater acerca de duas medidas opostas: ou o extermínio dos índios “bravos”, “desinfestando” os sertões longínquos, ou se cumpriria “civilizá-los e incluí-los na sociedade”. Isto é, ponderava-se em torno da brandura ou da violência com que se deveria enfrentar essas populações, consideradas avessas à modernidade (Cunha, 1992:133).

Dessa maneira, de um lado se recupera o debate que vinha desde o século XVIII, com a Ilustração francesa, sobre a perfectibilidade do homem e a capacidade dos indígenas em evoluir. De outro lado, porém, a partir do século XX, e diante da certeza do progresso e da evolução única e inevitável, uma política de extermínio passou a ser efetivada, condenando essas populações ao desaparecimento. Assim, enquanto em meados do XIX os ameríndios eram considerados decaídos, mas passíveis de incorporação à sociedade ocidental, a partir do XX, e sob a influência do positivismo, eles passam a ser entendidos como a infância da humanidade, para alguns, mas degenerados em potencial, para muitos outros.

Apesar dos termos da Constituição republicana, tardaria para que uma política mais sistemática de proteção e inclusão dos índios fosse implementada. Nada como lembrar a metáfora da ferrovia — dos “trilhos da civilização” —, ou pensar na locomotiva como símbolo dessa época veloz que acreditava na utopia de um único progresso. Como dizia o dístico preso à primeira locomotiva que percorreu a estrada de ferro na Inglaterra: “*Catch me if you can.*”

PROFISSIONAIS LIBERAIS E OPERÁRIOS NA TERRA DO FAVOR

Somando dois mais dois — crise da economia agrário-exportadora, desenvolvimento do setor público, entrada de volumosa população emigrante e o crescimento urbano que se acelera ainda mais após o final da Primeira

Guerra Mundial —, percebe-se a formação e o fortalecimento de um grupo significativo de profissionais liberais, crescentemente desvinculado da grande lavoura. O processo de “substituição de importações” levará à expansão do pequeno comércio e da indústria nascente e com ele ao aparecimento de novos comerciantes, artesãos, intelectuais e industriais de porte ainda modesto. Por outro lado, com a intervenção do Estado, cresce o funcionalismo público e o número de assalariados ligados ao sistema administrativo do país. No período em questão, a população ocupada no setor agrícola sofre um refluxo, paralelo e comparável com o crescimento do setor terciário, que chega a 41,2% em 1920, para cidades de 20 mil habitantes ou mais (IBGE, 1920).

Nesse sentido, o Rio de Janeiro teve papel significativo, uma vez que reunia as características de entreposto comercial e capital federal: centro do aparelho de Estado. Segundo o Censo de 1906, a população local se dividia em quatro grupos: aquele dedicado à produção de matéria-prima, com 25.755 habitantes; o que se dirigia à transformação e emprego de matéria-prima (indústria, transporte e comércio), com 201.361 habitantes; outro voltado para a administração e profissões liberais (força e segurança pública, funcionalismo, carreiras liberais e capitalistas), com 44.493 habitantes; e um último grupo composto por profissões como serviço doméstico, jornaleiros, trabalhadores braçais, com 540.014 habitantes. Esses dados, por sua vez, espelhavam de certa maneira o comportamento da população total da cidade de 805.335 habitantes, sendo 619.648 urbanos e 185.687 rurais (Recenseamento de 1920 e 1922).

Ocorre, pois, um verdadeiro inchamento do aparelho de Estado e a criação de uma ampla camada de funcionários públicos, tão ironizados por literatos como Machado de Assis ou mesmo Lima Barreto, eles próprios tendo atuado na profissão. No conto “Três gênios da secretaria”, este último escritor elabora verdadeiro “manifesto às avessas” da profissão:

Logo no primeiro dia em que funcionei na secretaria, senti bem que todos nós nascemos para empregado público. Foi a reflexão que fiz, ao me julgar tão em mim, quando, após a posse e o compromisso ou juramento, sentei-me perfeitamente à vontade na mesa que me determinaram. [...] Tão depressa foi a minha adaptação que me julguei nascido para ofício de auxiliar o Estado, com a minha reduzida gramática e o meu péssimo cursivo, na sua missão de regular a marcha e a atividade da nação [...]. Mas, como dizia, todos nós nascemos para funcionário público. Aquela placidez do ofício, sem atritos, nem desconjuntamentos violentos; aquele deslizar macio durante cinco horas por dia; aquela mediania de posição e

fortuna, garantindo inabalavelmente uma vida mediocre [...]. Tudo corre calma e suavemente, sem colisões, nem sobressaltos, escrevendo-se os mesmos papéis e avisos, os mesmos decretos e portarias, da mesma maneira, durante todo o ano, exceto os dias feriados, santificados e os de ponto facultativo, invenção das melhores da nossa República. O corpo fica em cômodo jeito; o espírito aquietase, não tem efervescências nem angústias; as praxes estão fixas e as fórmulas já sabidas (Barreto, 2010:156).

Em São Paulo também se verificou processo semelhante, só que nesse caso era premente a construção de uma infraestrutura de serviços necessária ao setor exportador (Pinheiro, 1978:20). Além do mais, expandiu-se o fenômeno dos fazendeiros absenteístas: grandes proprietários do café que deixaram o campo para viver nas cidades e de lá gerenciavam seus negócios. Já em Pernambuco, a conformação de grandes usinas em detrimento dos antigos engenhos, bem como a concentração de terras, expulsarão pequenos proprietários para as cidades, onde um setor de serviços se desenvolvia, ainda que de maneira incipiente. Importante é que as cidades cresceram, mas sem romper com a dinâmica do modelo agroexportador e, mais ainda, à sua sombra, o que gerará muita ambiguidade: de um lado, as novas classes médias urbanas mantinham-se dependentes das oligarquias rurais, de outro, tentavam ganhar autonomia no comércio ou na burocracia do Estado.

No entanto, e sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, ocorreu o fortalecimento de novos protagonistas, assim como a criação de um setor mais autônomo e que passou a se contrapor aos interesses agrários, nomeadamente o coronelismo. Exemplos de revoluções da nascente classe média urbana foram a Campanha Civilista de 1909, a luta contra a carestia, as rebeliões tenantistas dos anos 1920 — que percorreram o país de ponta a ponta — e até mesmo a Revolução de 1930, que instituiu não só nova realidade regional (com a ascensão da região Sul), como uma insurgente classe, representada pelas forças urbanas. Em causa estava o alargamento no poder, a entrada das classes emergentes e a crítica ao agrarismo.

Mas esse civilismo tinha seus limites, uma vez que representava menos a autonomia desses novos grupos do que a expressão de seu descontentamento ante o renitente domínio oligárquico rural. Aí estavam características quase endêmicas, praticadas na América Latina e no Brasil, em particular, que a proclamação da República e o novo regime não viriam a alterar. Ao contrário, o recrudescimento do coronelismo e sua correlação com o governo, a princípio, neutralizariam a atuação desses novos grupos urbanos, limitando a participação e o voto. O fato é que era difícil mostrar

autonomia nessa terra do favor. Longe da noção do individualismo político, da compreensão de que a Abolição era resultado de um movimento coletivo e que a República resultara de um acerto entre cidadãos, permanecemos durante longo tempo atados ao complicado jogo das relações pessoais, contraprestações e deveres: chave do personalismo e do próprio clientelismo.

Mas não há como negar que a jovem República modernizou e institucionalizou o Brasil. Foi nessa época que as cidades começaram a crescer, a industrialização se impôs, imigrantes mudaram a feição do país e novas formas de cidadania foram sendo implementadas. Dizia-se que todos queriam se parecer mais com o tempo vindouro do que com o contemporâneo. Modas, inovações, estilos literários representavam, de diferentes maneiras, a velha/nova mística do progresso. Mas se muito mudou, vários elementos permaneceram, até porque o poder e o privilégio continuaram nas mãos de poucos. Se a sociedade ia ganhando ares urbanos e dinamizava-se, o cenário ainda era propício à aplicação de políticas de favorecimento. Por outro lado, nesse mundo da modernidade conviviam muitas temporalidades: o sertão, a cidade, uma Polônia transplantada, um Japão recriado, muitas áfricas no Brasil. Conforme ironizava Gilberto Freyre: “O tempo de Antônio Conselheiro e o do conselheiro Rodrigues Alves, por exemplo, foram contraditórios e diversos, embora ambos vivessem na mesma época e cada um fosse ao seu modo conselheiro” (Freyre, 1957:xxiii). Ou, como diz Gilberto Gil em sua música *Parabolicamará*: “Antes mundo era pequeno porque Terra era grande/ Hoje mundo é muito grande porque Terra é pequena/ Do tamanho da antena parabolicamará/ É, volta do mundo, camará/ É-ê, mundo dá volta, camará.”

POPULAÇÃO, POR GÊNERO (1872-1920)

ANOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1872	9.930.478	5.123.869	4.806.609
1890	14.333.915	7.237.932	7.095.983
1900	17.438.434	8.900.526	8.537.908
1920	30.635.605	15.443.818	15.191.787

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil/IBGE. Rio de Janeiro, volume 56, 1996.

- ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 3.
- ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- BARRETO, Lima. *Contos completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BRUNO, Ernani da Silva. *Memória da cidade de São Paulo. Depoimentos de moradores (1553-1958)*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1981.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. *Política indigenista no século XIX*. In: _____. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FAUSTO, Boris. *Expansão do café e política cafeeira*. In: _____. (Org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965. 2 v.
- _____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.
- FHRESE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1957.
- GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, v. 13, p. 11-24, 2009.
- HOCHMAN, Gilberto. *Saúde pública ou os males do Brasil são*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André (Org.). *Uma agenda para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatórios e anuários disponíveis na página do Instituto na internet: www.ibge.gov.br. 83
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O feiticeiro e sua magia*. In: _____. *Antropologia estrutural*. Petrópolis: Vozes, 1968.
- LIMA, Nisia. *Campo e cidade: veredas do Brasil Moderno*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André (Org.). *Uma agenda para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LOPES, J.B. *Desenvolvimento e mudança social*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- MONTEIRO, Douglas. *Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1978. v. 3.
- PETRONE, Maria Tereza Schorer. *Imigração*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1978. v. 3.
- PINHEIRO, Paulo Sergio. *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1978. v. 3.
- REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SANTOS, Maria José. *Aspectos demográficos*. In: VILLELA, Annibal; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889–1945*. Rio de Janeiro: Ipea, 1973.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário*. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v. 4.
- _____; COSTA, Angela Marques da. *Na era das certezas: 1870–1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.
- WIESSENBACH, Maria Cristina. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 3.

AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES...



DETALHE DA IMAGEM DA PÁGINA 107